

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

**Despacho n.º 11 175/2005 (2.ª série).** — Considerando os relevantes serviços prestados ao desporto nacional pelo Sport Club do Porto ao longo de 100 anos da sua existência;

Considerando o rico histórico da sua actividade náutica e o importante papel de pioneiro que desempenhou na fase em que o remo começou a ser praticado em Portugal;

Considerando a dinâmica e a motivação fora do comum que tem levado o clube a ultrapassar todos os desafios, contribuindo valiosamente para o enriquecimento do seu património e da comunidade;

Considerando que essa postura se deve ao facto de os seus mentores se terem preocupado com as soluções dos problemas ligados à actividade desportiva;

Considerando que o prestígio alcançado por esta instituição na galeria dos clubes portugueses mereceu a titularidade de instituição pública em 1904;

Considerando que as inúmeras disciplinas desportivas contempladas no seu programa de actividades representam um enorme esforço para satisfazer o maior leque possível de procura por parte dos seus associados;

Considerando que o esforço desenvolvido pelos corpos sociais ao longo dos anos para erguerem as infra-estruturas com que contam hoje foi compensado e permitiu o enriquecimento do notável património de que o clube dispõe actualmente;

Tendo em conta a dedicação e perseverança de dirigentes, técnicos, praticantes desportivos e associados, que possibilitaram a afirmação e notoriedade do clube, bem como a continuidade das suas meritórias actividades num plano de grande relevo, prestando relevantes serviços no âmbito desportivo, social e cívico ao longo de 100 anos;

Considerando o valioso espólio histórico que o Sport Club do Porto representa para o memorial do associativismo nacional;

Considerando justo enaltecer o Sport Club do Porto pelo seu brilhante percurso na data em que festeja 100 anos de vida, honrando o concelho a que pertence, de que são testemunhos os galardões atribuídos pelo Presidente da República, Teixeira Gomes, Câmara Municipal do Porto e Comité Olímpico de Portugal, nomeadamente medalha oficial da Ordem Militar de Cristo, medalha de mérito desportivo da cidade (ouro), troféu olímpico e insígnias de oficial da Ordem de Benemerência;

Determina-se que seja concedido o colar de honra ao mérito desportivo ao Sport Club do Porto, nos termos dos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 55/86, de 15 de Março.

4 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

### Instituto do Desporto de Portugal

**Contrato n.º 1165/2005.** — *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo — referência n.º 153/2005 — apoio ao projecto anual de formação de recursos humanos.* — De acordo com o disposto nos artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, em conjugação com o disposto na alínea g) do artigo 7.º e na alínea i) do n.º 3 do artigo 12.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, anexos aos Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, é celebrado entre o Instituto do Desporto de Portugal, adiante sempre designado por IDP ou primeiro outorgante, representado pelo seu presidente, José Manuel Constantino, e a Federação Portuguesa de Judo, adiante sempre designada por Federação ou segundo outorgante, representada pelo seu presidente, António Nogueira Lopes Aleixo, um contrato-programa, que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### Cláusula 1.ª

##### Objecto do contrato-programa

1 — Constitui objecto do presente contrato-programa a atribuição à Federação da comparticipação financeira constante da cláusula 4.ª deste contrato, como apoio do Estado à execução do programa de formação de recursos humanos relativo ao ano de 2005, apresentado no IDP.

2 — O programa de formação referido no número anterior não contempla a formação de praticantes desportivos.

#### Cláusula 2.ª

##### Cursos ou acções de formação a participar

Só serão comparticipados financeiramente os cursos ou acções relacionados com a formação de recursos humanos, designadamente:

- Cursos de treinadores;
- Acções de actualização para treinadores;
- Acções extraordinárias de formação para treinadores;
- Cursos de árbitros/juízes;
- Acções de actualização para árbitros/juízes;
- Acções extraordinárias de formação para árbitros/juízes;
- Acções de formação para dirigentes;
- Acções de formação de formadores;
- Produção de documentos de apoio à formação;
- Outras acções de formação de agentes desportivos.

#### Cláusula 3.ª

##### Período de vigência do contrato

O período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2005.

#### Cláusula 4.ª

##### Comparticipação financeira

A comparticipação financeira a prestar pelo IDP à Federação, para os efeitos referidos na cláusula 1.ª, é de € 55 000, a ser suportada pelo orçamento de investimento para 2005 (PIDDAC).

#### Cláusula 5.ª

##### Disponibilização da comparticipação financeira

1 — A comparticipação referida na cláusula 4.ª será disponibilizada em duas fases:

- a) 30 % da verba estipulada será entregue imediatamente após a homologação deste contrato-programa;
- b) Os restantes 70 % serão entregues posteriormente, à medida que o programa de formação se for concretizando.

2 — A justificação da comparticipação será efectuada mediante a apresentação de relatórios dos cursos ou acções de formação, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo de relatório proposto pelo IDP e já na posse da Federação.

3 — O(s) primeiro(s) relatório(s) apresentado(s) servirá(ão) para justificar a verba inicialmente disponibilizada (30 % do montante global). Logo que o somatório das verbas anunciadas ultrapassar aquele valor, começará a ser disponibilizada a verba restante.

4 — Os relatórios deverão ser instruídos com os documentos comprovativos das despesas a serem suportadas, por força daquela comparticipação, e integrar a documentação técnica, os manuais de formação específicos e respectivos conteúdos.

5 — Deverá constar, em todos os suportes de divulgação das acções, bem como nos manuais de formação e documentação técnica em forma de publicação, o logótipo do IDP, conforme as regras previstas no livro de normas gráficas.

6 — O prazo final para entrega de relatórios das acções realizadas será o dia 30 de Novembro de 2005.

7 — A disponibilização da verba será feita de acordo com as normas anteriormente estabelecidas para o efeito.

8 — O não cumprimento do estabelecido nos n.ºs 2 a 6 por parte do segundo outorgante implicará a exclusão da comparticipação financeira, quando tal não seja prévia e devidamente justificado e formalmente autorizado pelo IDP.

#### Cláusula 6.ª

##### Atribuições do IDP

1 — É atribuição do IDP verificar o desenvolvimento do programa de formação de recursos humanos que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, nos termos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

2 — O IDP compromete-se a efectuar o pagamento da comparticipação financeira após a entrega do relatório de cada curso ou acção de formação, de acordo com o regime de administração financeira do Estado.

#### Cláusula 7.ª

##### Incumprimento do contrato-programa

O incumprimento do presente contrato-programa ou o desvio dos seus objectivos por parte do segundo outorgante implica a integral devolução da verba referida na cláusula 4.ª, de harmonia com o estabelecido no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.